

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 2759^a (SEGUNDA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28 NIRE 3330008080-5

No dia dezoito do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, foi realizada, de forma virtual, a Segunda Milésima Septingentésima Quinquagésima Nona Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, sob a presidência de Francisco Leite Martins Neto, Diretor-Presidente e Diretor de Gestão Portuária Substituto, contando com a participação de Fernando Meira Junior, Diretor Administrativo-Financeiro. O Diretor de Negócios e Sustentabilidade, Antonio Carlos da Glória Sardinha, não participou desta reunião por motivo de férias. ABERTURA DOS TRABALHOS. O Diretor-Presidente deu por iniciados os trabalhos, passando-se, então, à apreciação dos seguintes itens da ORDEM DO DIA: Item 1 - MATÉRIAS PARA DELIBERAÇÃO: Subitem 1.1 - Processo SEI 50905.002086/2024-75. Trata o processo do pedido da Píer Mauá para devolução dos valores pagos a título de IPTU, resultantes do Anexo 3 - Termo de Confissão de Dívida (9150929) - IPTU's 2007 a 2010 e Anexo 4 - Tabela Confissão 2011 a 2015 (9150930) - IPTU's 2011 a 2015, tendo a matéria já sido apreciada na 2748ª reunião da DIREXE, de 12/05/2025. Diante dos esclarecimentos constantes do Despacho para DIREXE (9929417) e, conforme já deliberado pela DIREXE, o DIRPRE/SUPJUR informa que o valor principal de R\$ reconhecido conforme o Parecer 1 (9232500), deverá ser objeto de Termo de Confissão de Dívida, com atualização monetária pelo IGPM. Contudo, faz-se necessária a retificação da referida deliberação da Diretoria Executiva quanto ao pagamento de juros e correção monetária, conforme solicitado no Oficio Píer Mauá (9929178), de modo a adequar o valor a ser atualizado e incluído no Termo de Confissão de Dívida, de para o valor de . Da mesma forma, deve-se retificar a Deliberação DIREXE (2748a) no tocante ao reconhecimento do valor total de , que inclui o montante atualizado de R\$ resultando em uma diferença de . Ressalta-se que a diferença de refere-se à Matrícula nº 1.802.638-5 (Armazém Externo I), e seu pagamento deverá ser deliberado no sentido de ser realizado com atualização pelo IPCA, condicionado ao efetivo recebimento, pela PortosRio, do valor correspondente ao precatório a ser pago ao Município do Rio de Janeiro na ação judicial nº 5031453-89.2019.4.02.5101/RJ. O valor deverá ser reconhecido contabilmente, porém consignado como pendente até o recebimento do precatório. Assim sendo, o DIRPRE/SUPJUR retorna o processo ao Colegiado para deliberar pelo pagamento da monta indicada, nas condições propostas e pelos índices sugeridos, nos termos constantes no "sumário executivo" (9929417). **DELIBERAÇÃO:** A DIREXE aprova o reconhecimento do valor de R\$, atualizado pelo IGPM, para fins de formalização de Termo de Confissão de Dívida, em consonância ao já deliberado no Despacho nº 9755888 (2748ª Reunião da DIREXE), em substituição ao . Aprova-se, ainda, a retificação do valor total montante inicialmente indicado de l reconhecido para , o que abrange o montante acima mencionado, sendo a diferença de R\$ correspondente à Matrícula nº 1.802.638-5 (Armazém Externo I), cujo pagamento deverá ser atualizado pelo IPCA, condicionada ao efetivo recebimento do precatório relativo à ação judicial nº

5031453-89.2019.4.02.5101/RJ. **Subitem 1.2 - Processo SEI 50905.004205/2025-13. Requerimento de trabalho home office.** Trata-se do requerimento do empregado , que solicita autorização para desempenhar suas atividades laborativas exclusivamente na modalidade remota, no período de 14/07/2025 a 27/07/2025, em razão da necessidade no próximo dia 14/07/2025, conforme documentação comprobatória inserida po presente processo. Matéria encaminhada pelo DIRPRE/ALIDINT, para deliberação do colegiado

no presente processo. Matéria encaminhada pelo DIRPRE/AUDINT para deliberação do colegiado. **DELIBERAÇÃO:** A DIREXE deferiu o requerimento do empregado, autorizando a realização de trabalho remoto no período de 14 a 27/07/2025. Adicionalmente, determinou que pedidos similares, com períodos de até 30 (trinta) dias, sejam deliberados pelas respectivas superintendências, não sendo necessário encaminhamento à DIREXE. **Subitem 1.3 - Processo 50905.000719/2025-91. Pregão Eletrônico.** Tratase de proposta de Pregão Eletrônico, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de placas de ACM, letras e adesivos", no valor estimado de

Conforme exposto no Despacho para a DIREXE (9991991), a Diretoria Executiva já se manifestou nos autos, pela Deliberação DIREXE (2746a), autorizando a continuidade da instrução processual, visando a realização do certame licitatório, em cumprimento ao Item 8.2 da Política de Alçadas "Autorizar previamente as contratações não planejadas no PLABS"/Valor acima do estabelecido para Dispensa por valor/DIREXE." Parecer 73/2025/GERINC-PORTOSRIO/SUPJUR-PORTOSRIO/DIRPRE-PORTOSRIO (9872584). Termo de Atendimento às Recomendações Jurídicas (9913572).O DIRPRE/ASSCOM encaminha a matéria para deliberação do colegiado. **DELIBERAÇÃO:** A DIREXE autorizou a realização do Pregão Eletrônico nº 08/2025. Subitem 1.4 - Processo SEI 50905.003412/2025-42. Substituta Eventual. Trata-se da indicação da empregada Laís Aguiar Pecorato, Reg. 9568, para o encargo de substituta eventual da Supervisão de Faturamento - SUFATU. De acordo com o Parecer GERCAR nº 50 (9953877), a empregada atende aos requisitos estabelecidos no PCCFC e está apta à designação, conforme exposto no Despacho para a DIREXE (9966885). O DIRAFI/SUPREC submete a matéria a deliberação do colegiado. **DELIBERAÇÃO:** Com base no Parecer GERCAR nº 50, a DIREXE aprovou a designação da referida empregada para o encargo supracitado. Subitem 1.5 - Processo SEI 50905.004054/2025-95. Reabertura das negociações do ACT 2024-2026 PortosRio x SINDGUAPOR-RJ. Trata-se da solicitação do SINDGUAPOR-RJ (9942010) de reabertura de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho PortosRio x SINDGUAPOR-RJ (9942010), para o período de 01/06/2024 até 31/05/2026. Com base no despacho da SUPREC (9985408) não há impedimento administrativo para revisão/inclusão das cláusulas anteriormente ajustadas entre as partes, inclusive o ACT prevê a possibilidade de renegociação, em qualquer tempo, conforme caput da Cláusula Trigésima Segunda. Destaca, ainda, a SUPREC, que o SINDGUAPOR-RJ apresenta pedidos tais como: inclusões de benefícios, mudança em jornada de trabalho, redução de carga horária, licença remunerada, entre outras modificações importantes nos benefícios já anteriormente pactuados no ACT 2024/2026, que tramitou pelo SEI nº 50905.003520/2024-34, com validade até 31/05/2026. Isto posto, e considerando a recomendação da Nota Técnica SEI nº 8307/2025/MGI (9474420) assim como a validade do Acordo Coletivo de Trabalho até 31/05/2026, o DIRAFI/SUPREC submete à deliberação do colegiado a reabertura de negociação do ACT vigente. **DELIBERAÇÃO:** A DIREXE deliberou pelo indeferimento do pedido do SINDGUAPOR para renegociação do ACT 2024/2026. Subitem 1.6 - Processo SEI 50905.004048/2025-38. Reabertura das negociações do ACT 2024-2026 - PortosRio x STSPPERJ. Trata-se da solicitação do STSPPERJ (9941129) de reabertura de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho PortosRio x STSPPERJ (9343937), para o período de 01/06/2024 até 31/05/2026. Com base no despacho da SUPREC (9985239), não há impedimento administrativo para revisão/inclusão das cláusulas anteriormente ajustadas entre as partes, inclusive o ACT prevê a possibilidade de renegociação, em qualquer tempo, conforme caput da Cláusula Trigésima Quinta. Destaca, ainda, a SUPREC, que o STSPPERJ apresenta pedidos tais como: reajuste real de 3% (três por cento), inclusões de benefícios, inclusão de dirigentes sindicais, mudança em jornada de trabalho, redução de carga horária, licença remunerada, entre outras modificações importantes na tabela salarial e nos benefícios já anteriormente pactuados no ACT 2024/2026, que tramitou pelo SEI nº 50905.002661/2024-30, com validade até 31/05/2026. Isto posto, e considerando a recomendação da Nota Técnica SEI nº 3519/2025/MGI (9332796) assim como a validade do Acordo Coletivo de Trabalho até 31/05/2026, o DIRAFI/SUPREC submete à deliberação do colegiado a reabertura de negociação do ACT vigente. **DELIBERAÇÃO:** A DIREXE deliberou por retomar a negociação do ACT 2024/2026 com o STSPPERJ para verificar a possibilidade de inclusão de dirigentes sindicais, e pelo indeferimento dos demais pedidos. Subitem 1.7 - Processo SEI 50905.3867/2025-68. Complementação de Aposentadoria. Requerimento de extensão de complementação de aposentadoria em favor da |

l. Conforme exposto no Despacho para DIREXE (9985670), com base no despacho da SUPREC (9984953) e, de acordo com a cláusula segunda doAcordo Coletivo de Trabalho - ACT 2024-2026, uma vez atendidos os prazos estipulados no Instrumento Normativo GERARH n.º 05.011.08, a viúva faz jus ao beneficio de Complementação de Aposentadoria, com projeção de pagamento, a partir da folha de julho/2025, no valor aproximado de l o que manteria o complexo remuneratório do aposentado falecido, aplicando fator de redução do benefício do INSS, conforme Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019. Matéria encaminhada pela DIRAFI/SUPREC para deliberação do Colegiado. DELIBERAÇÃO: A DIREXE aprovou a extensão da complementação de aposentadoria em favor da l Subitem 1.8 - Processo SEI 50905.006028/2024-11. Trata-se do contrato de cessão de uso onerosa provisória de área de 527,85 m² referente à parte superior da marquise do imóvel localizado à Av. Rodrigues Alves nº 20, Gamboa, Rio de Janeiro - RJ (antigo prédio da ESMAPA), no trecho voltado para o cais, no Porto Organizado do Rio de Janeiro, a ser firmado entre a PortosRio e o Complexo Píer Eventos, pelo prazo de 2 (dois) anos, com o valor global de R\$ 318.120,00 (trezentos e dezoito mil, cento e vinte reais), o que corresponde ao valor mensal de R\$ 13.255,00 (treze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), para a instalação de mobília de um restaurante (mesas e cadeiras) da CESSIONÁRIA. A instrução processual contou com os documentos relacionados no sumário executivo (9969643). Matéria encaminhada pelo DIRNES/SUPDEN para deliberação do colegiado. **DELIBERAÇÃO:** A DIREXE aprovou a celebração do contrato de cessão de uso onerosa provisória, a ser firmado entre a PortosRio e o Complexo Píer Eventos. Subitem 1.9 -Processo SEI 50905.001387/2025-67. Trata-se da indicação de Antonio Carlos da Gloria Sardinha, Diretor de Negócios e Sustentabilidade, e Rafael Marques de Pina, Especialista Portuário, para participar, como representantes da PortosRio, da Missão Internacional Brasil Export 2025, a ser realizada de 07 a 11 de setembro de 2025, na França, com visita técnica aos portos de Marselha e Le Havre, conforme exposto no Despacho para DIREXE (9945202). Matéria encaminhada pela DIRNES/SUPDEN para deliberação do Colegiado. MANIFESTAÇÃO: A DIREXE decidiu retirar o assunto de pauta. Subitem 1.10 - Processo SEI 50905.004256/2025-37. Substituta Eventual. Trata-se da indicação da empregada Silvana Pinheiro de Souza Alvares - Reg. 9361, Secretária da Diretoria de Negócios e Sustentabilidade, para exercer o cargo comissionado de Substituta do Assessor da Diretoria de Negócios e Sustentabilidade - ASDNES. Elaborado o Parecer GERCAR (9988551), conforme orienta o Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança (PCCFC), a indicada atende aos pré-requisitos de escolaridade e experiência para o cargo comissionado supracitado, conforme exposto no Despacho para a DIREXE (9988805). O DIRNES encaminha a matéria para deliberação do Colegiado. **DELIBERAÇÃO:** Com base no Parecer GERCAR 51/2025, a DIREXE aprovou a designação da referida empregada para o encargo supracitado. Subitem 1.11 - Processo SEI 50905.003309/2023-21. Termo Aditivo. Trata-se do 1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2024, firmado com a DRATEC ENGENHARIA LTDA para a "prestação dos serviços de dragagem de manutenção na área do Porto Organizado do Rio de Janeiro", para prorrogar os prazos de vigência e execução do contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias, sem ônus para a PortosRio, conforme exposto no Despacho para DIREXE (9991009). Parecer nº 77/2025/GERINC (9919062). Termo de Atendimento às Recomendações Jurídicas (9204825). Matéria encaminhada pelo DIRGEP/SUPENG para deliberação do Colegiado. DELIBERAÇÃO: A DIREXE autorizou a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2024. Item 2 - EXTRAPAUTA: Subitem 2.1 - Processo SEI 50905.003886/2021-61. Substituta Eventual. Trata-se da indicação da empregada pública Shirley Rodrigues Cypriano, Reg. nº 9347, para o encargo de Substituta Eventual de Assessor da Diretoria Administrativo-Financeira. De acordo com o Parecer GERCAR nº 55/2025 (SEI nº 10004407), a empregada atende aos pré-requisitos de escolaridade e de experiência para o encargo ao qual está sendo indicada, conforme orienta o Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança (PCCFC). Diante do exposto, a DIRAFI/SUPREC submete a matéria ao Colegiado para deliberação. DELIBERAÇÃO: Com base no Parecer GERCAR nº 55/2025, a DIREXE aprovou a designação da referida empregada para o encargo supracitado. Subitem 2.2 - Processo SEI 50905.000687/2025-24. Processo SEI 50905.000687/2025-24. Trata-se da indicação da empregada Yara Assis Vidal, Reg. 9764, para ocupar o cargo comissionado de Assessora da Diretoria de Negócios e Sustentabilidade. Parecer GERCAR nº 52/2025 concluindo que: "Conforme orienta o PCCFC, considero que a indicada atende aos pré-requisitos de escolaridade e experiência para o cargo comissionado de Assessora da Diretoria de Negócios e Sustentabilidade - ASDNES, e estará APTA para Nomeação, após Dispensa do Cargo Comissionado de Titular da Superintendência Jurídica - SUPJUR." Diante do exposto, o DIRPRE encaminha a matéria para deliberação do Colegiado. DELIBERAÇÃO: Com base no Parecer GERCAR 52/2025, a DIREXE aprovou a designação da referida empregada para o cargo supracitado.

Subitem 2.3 – Processo SEI 50905.004418/2025-37. Trata-se da indicação do empregado Alan Ducasble -Reg. 09757, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico do Diretor-Presidente. Parecer GERCAR nº 57/2025 concluindo que: "Conforme orienta o PCCFC, o indicado ATENDE os pré-requisitos de escolaridade e experiência para o cargo comissionado de Assessor Técnico do DIRPRE, e está APTO para Designação. Ressaltamos a necessidade de Dispensa do cargo comissionado de Assessor do DIRNES." Matéria encaminhada pelo DIRPRE para deliberação do Colegiado. **DELIBERAÇÃO:** Com base no Parecer GERCAR nº 57/2025, a DIREXE aprovou a designação do referido empregado para o cargo supracitado. Subitem 2.4 - Processo SEI 509 05.003391/2025-65. Conforme exposto no Sumário Executivo (10017147), a DIREXE, em sua 2758^a reunião, realizada em 08/07/2025, deliberou pela adesão ao parcelamento da dívida relativa aos Contratos de Cessão de Créditos nº 18/PGFN/CAF, de 12/05/2000, e nº 26/PGFN/CAF, de 14/09/2000, optando por sua a quitação em 120 parcelas mensais, com valor inicial , acrescido de encargos mensais à taxa Selic, mediante formalização por meio estimado em de Negócio Jurídico Processual (NJP). A referida deliberação foi apresentada como contraproposta ao Requerimento nº 20250203230, de 07/07/2025 (SEI nº 9955424), encaminhado pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região. Diante da não aceitação da garantia inicialmente oferecida pela Companhia, conforme e-mail datado de 11/07/2025 (SEI nº 9995120), a PGFN apresentou novo Requerimento nº 20250203230, de 17/07/2025 (SEI nº 10014692), propondo o parcelamento em 100 parcelas, com dispensa de garantias enquanto vigentes os NJP's já formalizados, mas sem qualquer concessão de desconto financeiro. Embora a contraproposta da PGFN dispense a apresentação de garantia, não contempla qualquer benefício de ordem financeira, como a redução de encargos legais ou de juros, além de representar um compromisso de longo prazo (superior a 05 anos), o que implica impacto financeiro expressivo no horizonte financeiro da Companhia. Diante de todos os esclarecimentos apresentados (10017147), a DIRAFI/SUPFIN submete a matéria ao Colegiado para análise das propostas ofertadas pela PGFN e decisão quanto à proposta de parcelamento da dívida a ser formalizada junto à PGFN, e posterior envio ao CONSAD: 1) quitação em 36 parcelas e aplicação de descontos, com a parcela resultando em uma redução significativa no montante total em valor inicial aproximado de da dívida (o valor original de poderia ser reduzido para representando uma economia de ; ou 2) parcelamento em 100 parcelas, a parcela inicial situar-se-ia em torno de , com dispensa de garantias enquanto vigentes os NJP's já formalizados, mas sem qualquer concessão de desconto financeiro. DELIBERAÇÃO: A DIREXE deliberou pela proposta de parcelamento em 36 parcelas, com desconto e sem garantias, com a parcela em valor inicial aproximado de , e determinou o encaminhamento da matéria ao Conselho de Administração para homologação. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS. Como nada mais houvesse a ser dito, o Presidente deu por encerrada esta reunião, tendo sido lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por todos os Diretores participantes.

(assinado eletronicamente)

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO

Diretor-Presidente

Diretor de Gestão Portuária Substituto

(assinado eletronicamente)

FERNANDO MEIRA JUNIOR

Diretor Administrativo-Financeiro

(assinado eletronicamente)

JULIANA RODRIGUES FONSECA

Supervisora de Órgãos Colegiados



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Leite Martins Neto**, **Diretor Presidente**, em 21/07/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Meira Júnior**, **Diretor Administrativo Financeiro**, em 22/07/2025, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Rodrigues Fonseca**, **Supervisor**, em 22/07/2025, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 10019632 e o código CRC C1A92B18.



SEI nº 10019632

Rua Dom Gerardo 35, 10º andar - Edifício Sede - Bairro Centro Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-905

Telefone: 2122198600 - www.portosrio.gov.br